



VINÍCIUS DO COUTO CARVALHO

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO
DO USO PÚBLICO NO PARQUE ESTADUAL DO
IBITIPOCA, MINAS GERAIS**

LAVRAS – MG

2014

VINÍCIUS DO COUTO CARVALHO

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO DO USO PÚBLICO
NO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA, MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, área de concentração em Ciências Florestais, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador

Dr. Marco Aurélio Leite Fontes

LAVRAS – MG

2014

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Coordenadoria de Produtos e
Serviços da Biblioteca Universitária da UFLA**

Carvalho, Vinicius do Couto.

Participação social no planejamento do uso público no parque estadual de Ibitipoca, Minas Gerais / Vinicius do Couto Carvalho. – Lavras : UFLA, 2014.

60 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2014.

Orientador: Marco Aurélio Leite Fontes.

Bibliografia.

1. Inclusão social. 2. Ecoturismo. 3. Gestão. 4. Áreas protegidas.
I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 574.52642

VINÍCIUS DO COUTO CARVALHO

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO DO USO PÚBLICO
NO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA, MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, área de concentração em Ciências Florestais, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 21 de fevereiro de 2014.

Dr. Bruno Pereira Bedim UFOP

Dr. Ferdinando Filetto UFLA

Dr. Marco Aurélio Leite Fontes
Orientador

LAVRAS – MG

2014

**“O melhor amigo do povo é o próprio povo
organizado” (Graciliano Ramos)**

RESUMO

O Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), em Minas Gerais, e as comunidades de seu entorno apresentam-se como ambiente oportuno para estudo de suas inter-relações sociais, econômicas e ambientais, e do quanto essas relações se direcionam para uma gestão participativa no uso público da Unidade de Conservação. Com objetivo de analisar a participação social no planejamento do uso público no Parque Estadual do Ibitipoca, avaliou-se a interação entre o Parque e a comunidade do distrito de Conceição do Ibitipoca, e dos visitantes com as partes. Foram utilizadas ferramentas metodológicas de Diagnóstico Rápido/Rural Participativo (DRP) e Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação (DiPUC) de forma associada. A análise dos dados contou com dois tipos de abordagem, uma quantitativa envolvendo a mensuração de variáveis numéricas e outra qualitativa, fundamentada em dados obtidos das interações pessoais e na coparticipação dos informantes. Concluiu-se que o parque gerou expropriação de usos da terra em seus limites por historicamente existirem práticas incompatíveis com o atual *status* da área, a atual relação comunidade-parque foi verificada como ligada às questões econômicas advindas do turismo, porém não estritamente a este aspecto e os visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca conhecem os objetivos do parque e se envolvem com a comunidade local, em grande parte, somente na utilização de serviços turísticos oferecidos.

Palavras-chave: Inclusão social. Ecoturismo. Gestão. Áreas protegidas.

ABSTRACT

The Ibitipoca State Park (PEIb), in Minas Gerais, Brazil, and its surrounding communities are presented as an opportune environment to study social, economic and environmental interrelations, as well as how these relations are directed to a participative management in the public use of the Conservation Unit. With the objective of analyzing the social participation in planning the public use of the Ibitipoca State Park, we evaluated the interaction between the park and the community from the Conceição do Ibitipoca district, as well as between the visitors for both parts. We associated the methodological tools of Participative Rapid/Rural Diagnostics (PRD) and the Participative Diagnostics of Conservation Units (PDCU). The data analysis was performed using two types of approach, one quantitative, involving the measuring of numerical variables, and another qualitative, based on data obtained through personal interaction and the cooperation from informants. In conclusion, the park generated land use expropriation in its limits due to historical practices incompatible with the current status of the area. The current relation between park and community was verified as linked to economic issues derived from tourism, however, not restricted to this aspect. In addition, the Ibitipoca State Park visitors know the park's purposes and involve themselves with the local community, in general, only by using the offered touristic services.

Key-words: Social inclusion. Ecotourism. Management. Protected Areas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
3	MATERIAL E MÉTODOS	17
3.1	Área de estudo	17
3.2	Amostragem-piloto	20
3.3	Coleta definitiva de dados	22
3.4	Análise dos dados	24
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
4.1	Perfil dos entrevistados e dos grupos na comunidade	25
4.2	Relações entre a comunidade e o Parque	26
4.3	Atividades turísticas e qualidade das infraestruturas na comunidade	32
4.4	Inter-relações entre comunidade, parque e visitantes acerca do uso público e das infraestruturas	36
4.5	Temas contemplados em reuniões do conselho consultivo	40
5	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	47
	ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

As gradativas alterações nas paisagens naturais e suas implicações ao longo do tempo trouxeram a necessidade de proteger as áreas naturais, antes que sejam completamente destruídas. O conhecimento sobre biodiversidade do planeta apresenta-se em nível notadamente insuficiente, o que juntamente com a necessidade de minimização de impactos vem justificando a criação das Unidades de Conservação (UC).

As áreas protegidas têm raízes históricas. Davenport e Rao (2002) apontam que as primeiras diretrizes sobre a conservação da vida silvestre, que se tem registro, remontam às florestas sagradas, desde os séculos antes de Cristo. Segundo os autores, originalmente a palavra “parc” designava “uma área cercada de solo, ocupada por animais de caça, protegidos por ordem ou concessão do rei”. No entanto, o significado atual refere-se a parque tanto no sentido de proteção quanto de uso público. Nesta perspectiva, ainda se discute sobre o real potencial da atividade eco turística em conservar a diversidade biológica (BOO, 2001).

Apenas a criação de UC por decreto não garantiu que os recursos naturais fossem efetivamente protegidos, o que mostrou necessidade da implantação de diferentes formas de manejo e gestão para estas áreas protegidas. Com o objetivo de regulamentar o artigo nº 225 da Constituição Federal brasileira, foi criado no ano de 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC. Essas foram divididas em dois grupos de áreas protegidas, as Unidades de Proteção Integral, que admitem apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, como a pesquisa científica e a visitação; e as Unidades de Uso Sustentável, as quais compatibilizam a conservação com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

O SNUC descreve ainda as Unidades de Conservação como espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes e legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e características de usos definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Em 2004, foram instituídas inovações aos textos do SNUC, com importantes modificações na política de criação e gestão de UC, dentre elas, a garantia de maior e efetiva participação da sociedade por meio de consulta pública para a criação de UC e a formação de conselhos consultivos. Essa forma de gerenciamento busca envolver diferentes setores da sociedade civil, grupos organizados e agências governamentais, articulando interesses e assegurando a participação ativa de diversos segmentos nas decisões e estabelecimento de diretrizes das UC (BRASIL, 2004).

A mobilização da comunidade contribui para a gestão participativa, solucionando conflitos associados à área e fornecendo conhecimentos úteis à equipe gestora. Vale refletir se, efetivamente, programas de uso público em áreas protegidas, entendido como prática de visitação com objetivos educativos, esportivos, recreativos, científicos e de interpretação ambiental dão ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes como também, se estão sendo elaborados, planejados e implantados de maneira participativa e atendendo aos objetivos da UC e às necessidades da comunidade local.

Com esta perspectiva, o Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), em Minas Gerais e as comunidades de seu entorno apresentam-se como ambiente oportuno para estudo das inter-relações sociais, econômicas e ambientais e do quanto essas relações se direcionam para uma gestão participativa no uso público da unidade de conservação.

Diante do exposto, objetivou-se analisar a participação social no planejamento do uso público no Parque Estadual do Ibitipoca, avaliando a

interação entre o Parque e a comunidade do distrito de Conceição do Ibitipoca e dos visitantes com as partes, buscando elucidar as seguintes hipóteses: o parque gerou expropriação dos usos e tradições locais desenvolvidas pela comunidade; a atual relação entre comunidade e parque é estritamente ligada às questões econômicas advindas do turismo e o visitante do Parque Estadual do Ibitipoca conhece os objetivos do parque e se envolve com a comunidade local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na compreensão atual sobre planejamento de UC, afirma-se que para se obter uma efetiva conservação, as áreas protegidas devem ser gerenciadas de forma conjunta, levando em consideração as conexões biológicas, sociais e econômicas, integrando os processos no planejamento do sistema (DAVEY, 1998). Como exemplo, a identificação dos problemas mais críticos e das ações pertinentes para composição do novo plano de manejo do Parque Nacional Galápagos, no Equador, só se tornou possível através da inclusão e participação efetiva de atores chave, que contribuíram com os resultados da avaliação do manejo (CAYOT; CRUZ, 1998).

Na América do Norte, o Serviço Nacional de Parques (*U.S. National Park Service*) dos Estados Unidos avaliou que (considerando também o Canadá e o México) a urbanização e industrialização no entorno das UC provocam uma série de impactos, sendo os principais: excesso de visitação, desenvolvimento de projetos conflituosos aos objetivos de conservação, exploração de recursos protegidos, superpopulação de algumas espécies da fauna, degradação da qualidade das águas, falta de dados básicos para o manejo de recursos, crescimento da ameaça de incêndios florestais, alteração do regime hídrico regional e necessidade de treinamento de pessoal, principalmente no que tange ao uso público (WAUGH; GIL, 1992).

Nas unidades de conservação de proteção integral, as ameaças externas mais notáveis e identificáveis ainda são oriundas das práticas relativas à exploração ilegal dos recursos protegidos, tais quais identificadas por Amend e Amend (1992) para as UC latino-americanas. Na Amazônia, dentre os crescentes problemas enfrentados em áreas naturais, o desmatamento tem sido o mais visível e agudo, provocando debates intensos em várias frentes da sociedade brasileira e na comunidade científica e acadêmica em geral (BRUNA; KAINER,

2005). Nesse caso, a gestão participativa traz exemplos de solução, como aquele observado para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (UC de uso sustentável), no estado do Amazonas. Nessa ocorre o manejo de pesca de pirarucus (*Arapaima gigas*), baseado em estudos a respeito da biologia da espécie seguidos pela elaboração e implantação de um sistema de levantamento de estoque e de manejo da pesca sustentada em longo prazo, o que proporciona a exploração comercial sustentável por parte de associações de pescadores (VIANA et al., 2004).

Se por um lado a legislação é uma premissa necessária, mais ainda é conduzir a conservação da natureza usando-se os artificios e as ferramentas administrativas e científicas disponíveis, executando assim o que se propala nos meios técnicos como sendo o manejo adaptativo ou adaptável, uma forma de gerenciar os recursos considerando o conhecimento acumulado e as diversas situações conjunturais antepostas às unidades de conservação (AGEE, 1996, p. 36).

O manejo como o conjunto de ações de caráter político, legal, administrativo, de pesquisa, de planejamento, de proteção, coordenação, promoção, interpretação e educação, resulta no melhor cumprimento de objetivos de uma área natural protegida (IZURIETA, 1997).

A busca por informações a respeito das formas de manejo de áreas naturais pode ser pautada na utilização de métodos como o Diagnóstico Rápido (ou Rural) Participativo (DRP), o qual foi direcionado para adquirir rápida e eficientemente novas informações e hipóteses sobre a vida e os recursos no meio rural. Deste modo, o DRP constitui um instrumento mais ágil para obtenção de informações quando comparado aos levantamentos formais, apresentando menor custo e transcendendo a fase do diagnóstico, contribuindo com ações e atividades promotoras de mudanças (CHAMBERS, 1993).

Atualmente vêm sendo discutidas as relações com a população no delineamento dos Planos de Manejo, baseando-se na compreensão das relações socioculturais envolvidas na gestão desses espaços. Como exemplo, um grupo de profissionais ligados ao Projeto de Apoio Técnico à Conservação e Manejo das Unidades de Conservação da Mata Atlântica do Estado de Minas Gerais (Projeto “Doces Matas”), aprofundou estudos sobre utilização do Diagnóstico Rápido Participativo, usando como referência o Parque Nacional do Caparaó, o Parque Estadual do Rio Doce e os seus entorno, a fim de conceberem o Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação (DiPUC), método que tem como objetivos, viabilizar a participação dos diversos atores envolvidos com a UC, levantar e analisar informações para dar suporte ao planejamento da UC, preparar equipes para a gestão participativa em unidades e para trabalhos com as comunidades e entorno (MOURA, 2010).

Além dos aspectos de manejo e gestão, o envolvimento da comunidade por meio de visitação pública é uma das principais ferramentas para promover a valorização dos recursos naturais e socioculturais das UC. Segundo o Relatório de Gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (BRASIL, 2009), em 2009 as UC brasileiras receberam cerca de 3,8 milhões de visitantes, número que a cada ano vem crescendo. Segundo ICMBio (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012), o número de visitantes registrados nas unidades de conservação federais em 2011 ultrapassou a marca de 4,8 milhões de pessoas e considerou a importância do tema ao afirmar que:

Promover a visitação é estratégico para fortalecer a imagem das unidades e sensibilizar a sociedade para a importância da conservação. Se mais pessoas visitarem as unidades de conservação de forma responsável e tiverem uma boa experiência, teremos mais apoio para outras ações, como criação de novas unidades de conservação e consolidação das existentes.

Porém, ainda é um número de visitação muito baixo se levarmos em consideração que somente o *Yellowstone National Park*, nos Estados Unidos, recebe em média 3 milhões de visitas/ano. Em 2012, o parque superou a marca de 3 milhões pelo sexto ano consecutivo, onde mais de um quarto do total de visitação anual foi registrado somente durante o mês de julho (YELLOWSTONE NATIONAL PARK, 2005).

Brandon (2002) referindo-se ao planejamento e à geração de apropriação pela comunidade acerca dos recursos naturais locais, afirma que “o processo participativo auxilia as pessoas a adquirir um controle mais efetivo sobre a própria vida”. Segundo a autora, pode haver duas abordagens de participação em diferentes formatos de projetos: a participativa e a beneficiária. A primeira envolve as pessoas no planejamento desde o início e estas se tornam aptas para a gestão autônoma. Na segunda, por sua vez, os moradores podem até receber benefícios, mas não têm o poder de decisão. Para Balastreri (2003), há quatro níveis de participação local nos projetos, assim definidos:

- a) Participação imposta – através de projetos elaborados por pessoas externas às comunidades locais;
- b) Participação consultiva – na qual há o fomento do diálogo entre a comunidade e os agentes externos;
- c) Participação endógena com acompanhamento – na qual a população local toma a iniciativa apoiada nos agentes externos, efetivamente no setor consultivo;
- d) Participação endógena – na qual a iniciativa é espontânea e a comunidade desenvolve certo grau de conscientização. Nesse caso, não há participação de agentes externos.

Muitas vezes a comunidade não é envolvida no planejamento de uso público das UC. Como observaram Silva e Maia (2011), apesar do potencial para os benefícios em projetos de ecoturismo, a população local de Buíque, Pernambuco, não foi envolvida no direcionamento da atividade no Parque Nacional de Catimbau, que ainda se desenvolve de forma desordenada, apesar da presença do ICMBio. Horwich et al. (2002, p. 276) em análise de projetos turísticos voltados para a conservação em Belize, na América Central, consideraram que “os negócios mais promissores são aqueles que foram, desde o início, estabelecidos no local [...], utilizando uma abordagem integrada que prioriza a infraestrutura adequada e o uso dos materiais locais”. Neste sentido, pode-se perceber que a execução de projetos eco turísticos desenvolvidos em UC com a participação local tem seu foco para efetividade, no aumento da adesão de atividades pró-conservação e também na geração de práticas organizadas para desenvolver o lugar.

O ecoturismo, conceitualmente, pressupõe a participação ativa da comunidade local e, conseqüentemente, uma gestão descentralizada da UC. Isso exige, de um lado, a mobilização das comunidades locais e, de outro, abertura dos gestores para um processo de gerenciamento compartilhado e descentralizado. Pimbert e Pretty (1997) sugerem que o ideal seria que a participação deixasse de ser passiva ou informativa, passando a ser funcional ou interativa. Ou seja, as pessoas devem ser envolvidas no processo de gestão desde o planejamento até a implantação, e não apenas serem “avisadas”, “consultadas” ou “informadas” das decisões dos gestores (RODRIGUES, 2001).

Giraldella e Neiman (2010) ressaltam que o envolvimento comunitário na gestão das áreas protegidas deve reverter o distanciamento dos seres humanos em relação à natureza, fortalecendo os vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos entre as sociedades e os ecossistemas. As associações locais e a participação nos conselhos consultivos são uma possibilidade viável

de integração local com a situação do parque e devem ser capazes de incentivar a obtenção de um pensamento crítico dos envolvidos. Segundo Loureiro, Azaziel e Franca (2003), “a participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder”. Assim, os conselhos consultivos em UC devem ter por vocação o emponderamento da conservação e participação ativa nos assuntos relativos às tomadas de decisão na UC e seu entorno.

A gestão participativa constitui um termo abrangente para um conjunto de abordagens que salientam a importância de ponderar as perspectivas da população local e de lhes dar voz no planejamento e gerenciamento de unidades de conservação (DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 1997). Shanley e Lopéz (2009) analisando o enfoque das pesquisas em conservação da biodiversidade entre 268 pesquisadores de 29 países, observaram que menos de 3% classificam atores cooperativos como audiência importante para seu trabalho, apontando resultados que demonstram um distanciamento entre a comunidade científica da área de conservação da biodiversidade e a sociedade em geral.

A ciência, por sua vez, exerce uma importância cada vez maior na gestão de áreas naturais protegidas e, gradualmente, a conservação destas áreas tem se somado a critérios técnico-científicos para sua fundação, planejamento e manejo (BRITO, 2000; DIEGUES, 1999). Cada vez mais se constata que a sustentabilidade das UC, em seus quesitos ambientais, econômicos e sociais, depende da forma como as pessoas se apropriam destes espaços. Assim, a gestão participativa nos processos visa atingir aos objetivos das UC e se faz necessária.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Área de estudo

O estudo foi desenvolvido no Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb; Figura 1), mediante a prévia autorização do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF). O PEIb situa-se na Zona da Mata mineira, abrangendo os municípios de Lima Duarte e Santa Rita do Ibitipoca, sendo o povoado mais próximo Conceição do Ibitipoca (distrito de Lima Duarte, foto 1 – anexo A), o qual sofre influência direta do parque por ser a “porta de entrada” para o mesmo. O parque é uma unidade de conservação aberta à visitação, criado através da lei estadual nº 6.126, de 4 julho de 1973, sob a guarda e a administração do IEF. Abrange uma área de 1.488 ha da Serra do Ibitipoca, com altitudes que variam de 1.050 a 1.784 m.

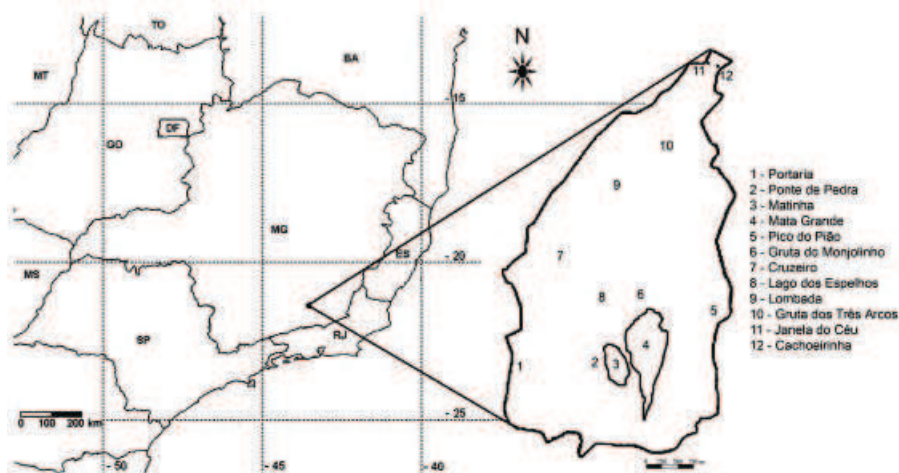


Figura 1 Localização do Parque Estadual do Ibitipoca, área de estudo, no Estado de Minas Gerais

Fonte: Modificado de Neto, 2007.

O PEIb é hoje uma das poucas Unidades de Conservação de Minas Gerais que possui sua situação fundiária totalmente regularizada, uma vez que os moradores da comunidade que compartilhavam o uso daquela área não possuíam registro legal de propriedade, sendo consideradas “terras devolutas” pelo Estado. Segundo a tradição local, contudo, as terras de Ibitipoca pertenciam à “Santa”, Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, e teria sido doada a ela pelos índios que habitavam a região, motivo pelo qual a população local fazia uso comunitário da chamada Serra Grande. A Serra Grande era terra de apropriação coletiva, prática cultural, lugar dos rituais e devoções da comunidade, do extrativismo e terra usada para engorda e internada do gado bovino. O Estado então demarcou na Serra Grande a área do PEIb e divulgou suas belezas naturais, estimulando sua visitação e uso público (BEDIM, 2007). A preocupação com a conservação ambiental dos territórios de lazer e objetos de contemplação para turistas tem pautado as estratégias de manejo dos recursos naturais utilizados como atrativos eco turísticos no PEIb.

O Parque Estadual do Ibitipoca se apresenta como potencial objeto de estudo das relações entre comunidade e parque devido à diversidade de seus atrativos turísticos (Figura 2), como Ponte de Pedra, a Janela do Céu (foto 2 - anexo A), a Gruta dos Três Arcos e o Pico do Pião (foto 3 - anexo A), alguns dos atrativos de Ibitipoca que abriga ainda mirantes, grutas, praias, piscina natural, cachoeiras, picos e as belas cachoeiras e piscinas naturais formadas pelos Rios do Salto e Vermelho e o Córrego do Monjolinho. O pico da Lombada (foto 4 - anexo A), com 1.784 metros de altitude, oferece uma vista panorâmica inigualável.

A fauna é rica, com a presença de espécies ameaçadas de extinção, como a onça parda, o lobo guará, o primata guigó, os macacos barbado, sauá (sagui), o papagaio do peito roxo, o coati, o andorinhão-de-coleira falha, entre outros.

Dentre os anfíbios encontra-se uma espécie de perereca, a "Hyla de Ibitipoca", que foi identificada na região.

Diversas espécies da flora são encontradas na unidade de conservação como orquídeas, bromélias, candeias, líquens e samambaias. Um traço marcante da vegetação no Ibitipoca são as "barbas-de-velho", uma espécie de líquen verde-água, que pende dos galhos das árvores, provocando um belo efeito visual, tendo ainda campos rupestres que constituem uma grande extensão de vegetação do Parque.

O Parque Estadual do Ibitipoca possui portaria, estacionamento, área de camping, restaurante, centro de visitantes (foto 5 - anexo A), administração e de pesquisas, casa de hóspedes e alojamentos destinados a pesquisadores e funcionários (foto 6 - anexo A). Tem prevista a capacidade de carga para visitação turística e, é o parque estadual mais visitado entre os oito parques abertos à visitação em Minas Gerais (INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA, 2012).

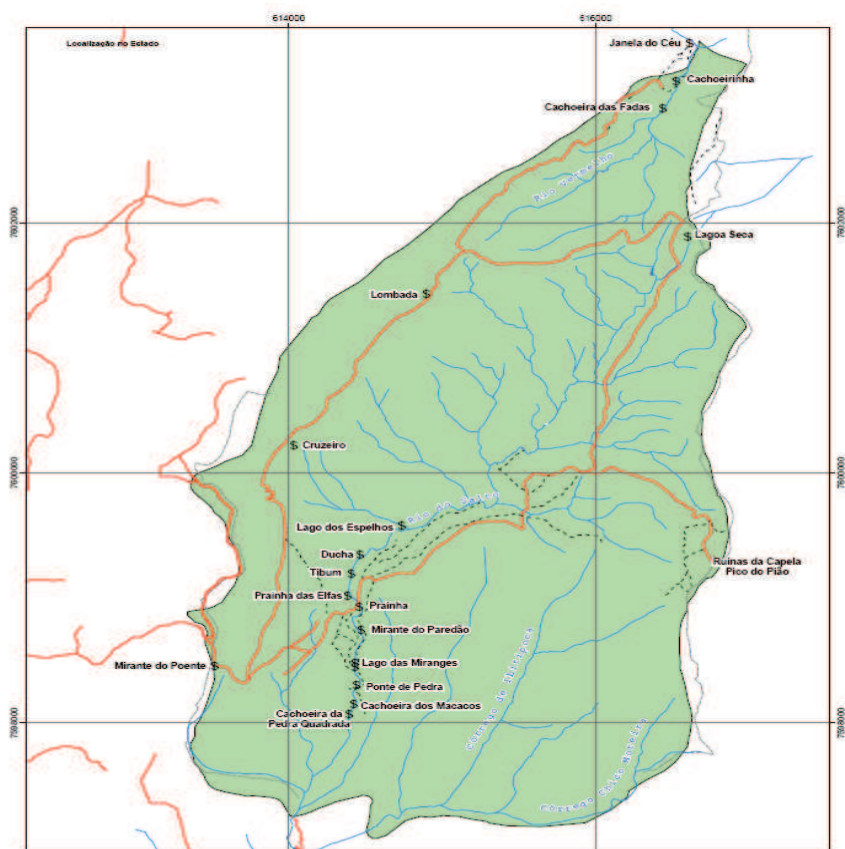


Figura 2 Principais Atrativos do Parque Estadual do Ibitipoca

Fonte: Relatórios Temáticos do Plano de Manejo, 2006.

3.2 Amostragem-piloto

Visando à seleção das melhores ferramentas metodológicas para aplicação na área pesquisada, foram realizadas duas expedições preliminares, a fim de identificar a existência ou não de grupos organizados na comunidade, pesquisas já realizadas, atores chave na comunidade e interações entre a comunidade, o parque e seus visitantes.

A primeira expedição a campo foi realizada durante os dias 28, 29 e 30 de setembro de 2012 (expedição a campo 1), tendo como foco principal a

identificação de atores chave, a fim de iniciar a seleção dos entrevistados, com utilização da técnica metodológica *snowball*, também conhecida como *snowball sampling* ou, em português, “bola de neve”, que teve início com João Carlos (gerente do PEIb) e, na comunidade, com o Sr. José Walter (ator chave citado por João Carlos e também por pessoas da comunidade durante conversas informais). Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística, utilizada em pesquisas sociais em que os participantes iniciais do estudo indicam novos participantes, que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto ou chamado “ponto de saturação”. Esse é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa ou quando nenhum novo nome seja citado (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

As ferramentas metodológicas de Diagnóstico Rápido/Rural Participativo (DRP) utilizadas foram questionário estruturado, questionário semiestruturado, história oral, ferramenta “me agrada *versus* me incomoda” e observação direta. A continuação dos testes metodológicos da pesquisa foi realizada em uma segunda expedição a campo, entre os dias 25 e 28 de outubro de 2012 (expedição a campo 2). Essa teve seu foco nas interações da comunidade de Conceição do Ibitipoca com o Parque Estadual do Ibitipoca e desses com os visitantes (turistas), sendo testadas as ferramentas de Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação (DiPUC), por meio da aplicação de questionário estruturado, questionário semiestruturado, diagrama de fluxo, diagrama de relações ou envolvimento e observação direta.

3.3 Coleta definitiva de dados

Após análise dos dados coletados na amostragem-piloto, foi constatada a efetividade das ferramentas de DRP (CHAMBERS, 1993) e DiPUC (MOURA, 2010) para utilização de forma associada neste trabalho de pesquisa. As ferramentas foram eleitas porque favoreceram o estabelecimento de canais de comunicação entre os entrevistados e os pesquisadores, bem como por propiciarem mobilização e envolvimento dos atores com as questões apresentadas. Segundo Moura (2010), as ferramentas do DiPUC contribuem para o conhecimento, análise da realidade local e esclarecimentos de acordo com a percepção de cada um, sem prevalecer somente a opinião da instituição gestora.

As expedições a campo para amostragem definitiva se deram entre os dias 4 e 9 de janeiro de 2013 (expedição a campo 3), com aplicação metodológica à comunidade, funcionários do parque e visitantes; 22 e 25 de fevereiro de 2013 (expedição a campo 4), com aplicação metodológica durante participação da reunião do conselho consultivo do Parque e a visitantes; 24 a 27 de maio de 2013 (expedição a campo 5), com aplicação metodológica durante participação da reunião do conselho consultivo, junto à comunidade, funcionários do parque e a visitantes.

As atividades em campo foram realizadas em um total de 21 dias, onde com finalidade de caracterização do perfil dos entrevistados e dos grupos na comunidade utilizaram-se a “bola de neve” e questionário semiestruturado. Para caracterização das relações entre a comunidade e o PEIb utilizaram-se história oral, questionários semiestruturados, diagrama de fluxo, diagrama de relações ou envolvimento, observação direta e verificação de dados secundários. Para descrever as atividades turísticas e qualidade das infraestruturas na comunidade utilizaram-se história oral, questionários semiestruturados, diagrama de fluxo,

diagrama de relações ou envolvimento, observação direta e verificação de dados secundários. Para caracterizar as inter-relações entre comunidade, parque e visitantes acerca do uso público e das infraestruturas utilizaram-se questionários semiestruturados, observação direta e verificação de dados secundários. E para analisar os temas contemplados em reuniões do conselho consultivo utilizou-se observação direta e verificação de dados secundários.

As ferramentas metodológicas foram empregadas da seguinte forma:

- a) Técnica metodológica “bola de neve” (BIERNACKI; WALDORF, 1981) para delineamento dos perfis pessoais e dos grupos existentes na comunidade, solicitando ao final de entrevistas com atores da comunidade e funcionários do PEIb a indicação de novos atores a serem entrevistados.
- b) História oral, aplicada aos funcionários do PEIb e aos atores chave da comunidade local, através de convite para que os entrevistados relatassem fatos e acontecimentos marcantes da história da UC e da vila, a fim de se conhecer as formas tradicionais de uso e relação com a “terra”, aspectos culturais locais e percepções sobre gestões e atividades desenvolvidas no PEIb e vila com o passar do tempo.
- c) Questionários semiestruturados aplicados a atores chave e funcionários do parque (roteiro de pesquisa 1 - anexo B) e aos visitantes (roteiro de pesquisa 2 - anexo B), por constituir uma técnica efetiva de entrevista informal, com algumas perguntas predeterminadas que foram enriquecidas de conteúdo durante a entrevista com o surgimento de novos questionamentos. O método foi norteador para aplicação dos diagramas de fluxo e de relações e envolvimento, descritos a seguir.

- d) Diagrama de Fluxo, aplicado a atores chave e funcionários do parque, visando a identificar atividades, períodos e diversos fluxos na UC (entrada e saída de informações, materiais, atividades, pessoas, entre outros), para mostrar um quadro geral da percepção das pessoas sobre os processos que acontecem no PEIb, evidenciando e melhorando o entendimento sobre os mesmos.
- e) Diagrama de relações ou envolvimento, aplicado a atores chave e funcionários do parque, visando a identificar os diversos atores envolvidos (pessoas, grupos, instituições, empresas) com a UC e as relações existentes entre eles.
- f) Observação direta, realizada com o contato junto às condições de vida local, através do registro de eventos, identificação de pontos de referência da comunidade, encontros e reuniões do conselho consultivo do PEIb, comércio, infraestruturas comunitárias.
- g) Verificação de dados secundários, realizada com pesquisa em registros oficiais (entidades governamentais, universidades, centros de pesquisa), relatórios, pesquisas, fotografias e mapas.

3.4 Análise dos dados

A análise contou com dois tipos de abordagem, uma quantitativa, envolvendo a mensuração de variáveis numéricas; e outra qualitativa, fundamentada em dados obtidos das interações pessoais e na coparticipação dos informantes, referentes à aplicação metodológica do DRP e do DIPUC, correlacionando percepções e características comuns entre os participantes apontados pela metodologia “bola de neve”, no sentido de elucidar as questões intrínsecas às hipóteses levantadas no presente trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos entrevistados e dos grupos na comunidade

A metodologia “bola de neve” atingiu seu ponto de saturação com um público amostral de 34 indivíduos, sendo 79% do sexo masculino e 21% feminino, os quais desenvolvem diferentes ocupações, apresentadas em 14 categorias: presidente de associação, dona de casa, operador de turismo, funcionário do PEIb, comerciante, diretora da escola da comunidade local, funcionário terceirizado no PEIb, administradora de casas de aluguel da família, aposentado, guia local, vereador, enfermeira, proprietário de pousada, produtor rural. Os mesmos se subdividiram em 3 grupos, sendo moradores locais (41%); funcionários do parque (44%) e moradores “vindos de fora” (15%). Esses são conhecidos como “forasteiros”, tratamento já descrito por Rodrigues (2001) para se referir àqueles moradores “recém-chegados, vindos de outras cidades ou que possuem segunda residência no arraial”, incluindo os “antigos turistas, comerciantes e artesãos que chegaram ao local, estimulados principalmente pela atividade turística”.

Bedim (2008) em seu trabalho em Conceição do Ibitipoca, estabeleceu 8 grupos distintos dentro da comunidade, através de levantamentos preliminares do contexto socioeconômico e cultural estudado. Contudo, Vallejo (2013) identificou, como no presente trabalho, três grupos de atores diretamente envolvidos no uso público em UC: os gestores, os visitantes e os prestadores de serviços, demonstrando assim que a separação e determinação de grupos distintos estão ligadas diretamente à finalidade das análises e objetivos de cada estudo.

Assim, sugere-se que para análise da participação social no planejamento do uso público no PEIb sejam consideradas as três categorias

(moradores locais, funcionários do parque e moradores “vindos de fora”), como forma de apresentação dos dados coletados pelo presente trabalho.

4.2 Relações entre a comunidade e o Parque

No que diz respeito aos questionamentos ligados às relações entre comunidade e parque, 76% afirmaram a existência de relações entre o PEIb e a vila; 91% que o PEIb é muito importante para a vila e 91% que a vila é muito importante para o PEIb, demonstrando assim que existe uma percepção de importância de ambas as partes. Essa percepção demonstra a modificação da relação entre o parque e a vila com o passar do tempo, pois, segundo Botelho (2006), durante seu estudo a vila passava por momentos de desunião diante das questões ambientais e comunitárias vivenciadas na época, devido ao desenvolvimento desordenado do turismo. No entanto, hoje já se enxerga uma maior aproximação das instituições locais junto à comunidade e ao parque, fato também já observado anteriormente pelo estudo de Simiqueli (2008), o que possibilitou ao local uma maior democratização das decisões, quanto ao desenvolvimento comunitário e, principalmente, com relação à conservação de seu patrimônio natural, para um turismo sustentável, pontos estes descritos por entrevistados, com exemplos como:

[...] empregos são oferecidos à comunidade no PEIb e hoje tem mais ou menos 40 pousadas na vila por causa da existência do PEIb. É bom dizer que qualquer atividade que um morador de Conceição fizer tem finalidade por causa do PEIb, seja construção de pousada, bar, loja, restaurante (funcionário do parque).

Foi dito também que “sem o parque, a vila seria muito fraca. Aqui melhorou muito, serve para hospedagem, alimentação e lazer no entorno quando o parque está lotado” (morador local).

Vale ressaltar que a relação de trabalho oferecido à comunidade direta ou indiretamente pelo parque não é uma questão dos dias atuais, mas sim vindo de um passado distante e consolidado nos dias atuais, como já descrito por Bedim (2008), através do momento em que Juscelino Kubitschek nomeara Jéferson Chaves (conhecido como Dedé) para o cargo de tutor das terras devolutas de Ibitipoca em 1952, com função de fiscalizar os usos da Serra, expulsar o gado da área e construir os primeiros trechos de uma cerca demarcando os domínios do poder público, e posteriormente, Jacinto da Cunha Lage, foi encarregado para administrar a área onde seria demarcado o território do Parque, nomeado em 1964 pelo Governador Magalhães Pinto, por indicação do Deputado Estadual Lourival Brasil, cunhado do ex-prefeito de Lima Duarte, Hélio de Paula Duque.

Apesar do reconhecimento de relações entre comunidade e parque, para 67% não existe comunicação entre a gerência e a comunidade local; e para 73% as atividades de pesquisas no PEIb não são comunicadas nem compartilhadas com a comunidade, como exemplificado na frase: “as pesquisas feitas deviam ser conhecidas pela comunidade, também para ela entender o que pode fazer ou melhorar neste projeto de conservação do PEIb” (morador local), demonstrando um desejo da comunidade local em saber sobre as atividades de pesquisa desenvolvidas no parque e seus resultados. Há também a carência de uma maior presença do gerente na comunidade, o que pode ser exemplificado através das falas da comunidade local: “O gerente do parque tem pouca ligação com a comunidade local, fica mais no parque e não participa das coisas da vila” (morador local); “Existe um distanciamento na relação do gerente com a comunidade, mas vejo pontos positivos da atuação da gestora ambiental” (morador “vindo de fora”); “[o gestor] não vai à comunidade, o que faz com que a comunidade se distancie do parque” (funcionário do parque). O gerente também fez relatos acerca deste “distanciamento”, justificando-se pela

impossibilidade de resolver problemas sociais locais considerados por ele como críticos, o que ocasionou seu afastamento de eventos e atividades da comunidade.

Estas percepções denotam uma confusão em relação aos entendimentos sobre responsabilidades de gestores de UC e necessidades da comunidade. Em Conceição do Ibitipoca, a comunidade expressa necessidade de presença do gestor junto a questões sociais da vila, atribuições que não são intrínsecas ao seu cargo e que, por outro lado, poderiam afastá-lo de atividades que necessitam de sua presença. Vale ressaltar que os gestores têm funções internas e externas às UC, sendo no caso do PEIb divididas entre o gerente e a gestora de pesquisas e educação ambiental, a qual desenvolve atividades junto à comunidade local, demonstrando uma necessidade de trabalhos de mobilização que esclareçam as diferenças entre atribuições profissionais e relações comunitárias. A comunidade reconhece e elogia a atuação da equipe gestora do PEIb na comunidade, mas ressentido-se de uma ausência quando centraliza suas carências na figura do gerente, possivelmente por uma questão cultural brasileira, que tende a enxergar as lideranças governamentais com um viés paternalista e seu machismo inerente.

De acordo com estudos psicossociológicos de Anderson e Parker (1971), são três as formas de interação entre indivíduos no espaço social, podendo os mesmos cooperar, competir ou entrar em conflito. Para gestores de UC, temos ainda a possibilidade de não interação, atribuída aos desafios de estabelecer práticas e metodologias de manejo que atendam às necessidades de conservação ambiental e, simultaneamente, se adaptem à dinâmica das necessidades dos usuários, sejam eles autóctones ou turistas, na maioria das vezes detentores de diferentes interesses. Ribeiro, Drummond e Ribeiro (2013) estudando o Parque Estadual do Rio Preto, em Minas Gerais, encontraram a sua imagem muito associada ao seu gerente. Moradores das comunidades do entorno relataram que veem o gerente como o “dono do parque” e que sua influência política e inserção

nas comunidades têm ajudado a aproximar a população do parque, onde todos os funcionários são recrutados em comunidades do entorno, existindo inclusive uma preocupação de que os funcionários contratados sejam de diferentes comunidades. Nota-se que as relações entre gestores de UC e comunidades têm ligações com questões do perfil de cada gestor e suas ligações sócio-políticas locais, sendo estes pontos determinantes para aproximações e participação social na UC. Quando questionados sobre a participação da comunidade nas decisões sobre o turismo no PEIb, 61% afirmaram não participarem, respostas elucidadas por dizeres característicos de uma gestão participativa incipiente, atribuída à pouca procura por parte da comunidade em geral para participação efetiva, em sua maioria por se demonstrar passiva às decisões tomadas no parque, e também por falta de conhecimento da “voz ativa” que têm, quando unidos por meio de organizações sociais formalizadas. Estas características demonstraram que a participação se dá como, descrita por Balastreri (2003), ou seja, por meio de participação imposta, desenvolvida através de projetos elaborados por pessoas externas às comunidades locais ou ainda, exclusivamente, participação consultiva, quando a comunidade se faz representada no diálogo. Neste caso em específico, 39% dos entrevistados que responderam participar, os quais o fizeram porque são funcionários do parque ou são representantes de organizações sociais ou instituições que fazem parte do conselho consultivo do PEIb.

Santos e Tiepolo (2013), em trabalho descrevendo atividades para sensibilização ambiental e divulgação de ações de gestão do conselho consultivo do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, localizado no litoral do Paraná, demonstraram a importância em observar a transparência e clareza no diálogo estabelecido entre a equipe de gestores do parque e comunidades do entorno, sendo chave para minimização dos conflitos e para possibilitar o desenvolvimento de diversas ações de gestão. O fato de 42,5% do conselho

consultivo desse parque ser composto por representantes de comunidades locais mostra a importância que a gestão da unidade dá à participação social local nos processos de gestão e tomadas de decisão.

No PEIb, organizações sociais da comunidade local estão representadas por 33% do atual conselho consultivo (gestão 2012/2014), os quais se fazem como peça importante para gestão, manejo e fortalecimento nas relações entre parque e comunidade. Como já afirmaram Oliveira & Santos (2004), a pressão antrópica no entorno das UC é um dos problemas mais difíceis encontrados pela gestão dessas áreas. Desta forma, a falta de um conselho consultivo representativo e ativo dificulta ainda mais a gestão e a tomada de decisões no âmbito da UC e de seu entorno. Análises acerca das atividades pontuais do conselho consultivo do Parque Estadual do Ibitipoca constatadas por este trabalho serão discutidas *a posteriori*.

No âmbito cultural das relações entre comunidade e parque, 92% afirmaram que o PEIb ajuda na manutenção das tradições e costumes da comunidade, principalmente através de práticas educacionais desenvolvidas com a comunidade do entorno e 56% afirmaram que a comunidade busca manter suas tradições e costumes. Campos et al. (2012) mencionaram ações de educação e interpretação ambiental desenvolvidas pelo PEIb junto às comunidades e visitantes, por meio de atividades executadas pela gestora de pesquisas e educação ambiental do parque que foram também constatadas pelo presente trabalho em momentos que se desenvolveram visitas a comunidades do entorno, a fim de realizar atividades de resgate cultural e promoção da manutenção das tradições, levando moradores locais para o interior do parque em datas festivas de representatividade religiosa da comunidade, como a reza no Cruzeiro e a missa no Pico do Pião ou mesmo promovendo a confecção de livros com história “dos locais”. Os autores supracitados, em seu estudo no PEIb evidenciaram percepções da comunidade, como:

[...] a gestora ambiental do PEIb se reúne mensalmente com os moradores da vila de Conceição do Ibitipoca na escola da comunidade, onde a representante do parque trava conversas informais com as pessoas a respeito da relação delas com o PEIb antes e depois de se tornar uma UC e também desenvolve atividades de educação ambiental com estudantes da comunidade. (CAMPOS et al., 2012).

Trabalhos de educação ambiental e resgate cultural devem ser contínuos e permanentes, mesmo porque parte da cultura identificada localmente mantém-se na memória dos antigos e podem em um futuro breve se tornar esquecidas ou desaparecerem por completo, como retratado nas palavras de entrevistados. Por exemplo, “muito da cultura local não existe mais. Entre as manifestações extintas estão o Jongo, Encomendação de Almas e Terço de São Gonçalo, que era rezado na Igreja do Pico do Pião” (morador local), e “o artesanato da vila era de tear. Tinham 18 na vila. Hoje só tem dois e as pessoas não têm interesse em aprender a tecer” (morador local). A preservação cultural permite a continuidade física das manifestações, promovendo a integridade do bem ou da área que se pretende resguardar. Desta forma, no decorrer dos anos, a preservação tem implicado uma trajetória de atuação, de prática de intervenções e de um conjunto de decisões, fundamentadas por conceitos em constantes mudanças (SANTOS; CAMPELO, 2008).

Observou-se que as questões ligadas à relação entre a comunidade e o parque na medida em que se desenvolvem, colocando diferentes culturas em estreito contato, devem ter como importância a observação de como a cultura é imposta ou como recebe os valores externos - resistindo ou se apropriando deles - e também entender a cultura como transmissão de valores através do tempo, agregando as tradições a mudanças sociais.

4.3 Atividades turísticas e qualidade das infraestruturas na comunidade

Os desenvolvimentos de atividades de uso público em UC estão ligados a uma série de desdobramentos e interações sociais resultantes de atividades desempenhadas não somente no interior da unidade, mas também em seu entorno, que no caso de Conceição do Ibitipoca se insere em áreas historicamente rurais. Conforme lembra Krippendorf (2003), “os objetos dos estudos turísticos quase sempre estiveram centrados no turista e nos interesses da indústria que vive das viagens”. O turismo se estabeleceu como gerador de diversas atividades econômicas em Conceição do Ibitipoca, agregando a maioria da população na prestação de serviços relacionada direta ou indiretamente a esse setor e criando uma forte relação de dependência.

Nesta inter-relação constatou-se que o turismo é considerado bom para a comunidade por 97% dos entrevistados, valor atribuído certamente pelos benefícios econômicos advindos da atividade que é hoje a principal fonte de renda dos moradores da vila, e denota uma reestruturação da esfera produtiva local, como exaltado por entrevistados: “Ibitipoca inteira depende do turismo no parque, comércio todo, só não dependem do turismo no parque os aposentados” (morador local); “O parque contribui totalmente com a vila trazendo turistas” (funcionário do parque); “O PEIb traz dinheiro para a comunidade através do turismo” (morador “vindo de fora”). O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da “busca do verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer (RUSCHMANN, 2001). Do mesmo modo, Ibitipoca desenvolveu-se juntamente com modificações de perfil de visitantes, tornando-se um ambiente hoje consolidado quanto à realização de atividades eco turísticas, sendo o parque

estadual com maior número de visitantes no estado de Minas Gerais (INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA, 2012).

A atividade eco turística para 97% dos entrevistados é considerada como um turismo melhor hoje do que antes, o que é visto nas respostas que tratam da mudança no perfil dos visitantes, melhorias estruturais e de segurança nas trilhas do parque, melhoria de estrutura e espaços da vila, e melhorias na qualidade de vida dos locais. Tuan (1983, p. 151) cita que “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. Desta forma, o passar do tempo modificou o “sentido de lugar” e o formato do turismo desenvolvido em Ibitipoca, enquadrado anteriormente como turismo de massa, devido ao número e características das práticas de visitação dos grupos. Contudo, deve-se ressaltar que tanto os benefícios do ecoturismo como os problemas dele decorrentes dependem fundamentalmente do modo como é planejado e monitorado. Neste sentido, deve-se buscar ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais e histórico-culturais e a harmonização dos diversos interesses e necessidades dos atores sociais envolvidos nas atividades turísticas. Como afirma Ceballos-Lascuráin (2001, p. 26):

As áreas naturais protegidas, em particular as áreas legalmente protegidas, sua paisagem, fauna e flora – juntamente com os elementos culturais existentes – constituem grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem como para turistas de todo mundo. Por esse motivo, as organizações para a conservação reconhecem a enorme relevância do turismo e estão cientes dos inúmeros danos que o turismo mal administrado ou sem controle pode provocar no patrimônio natural e cultural do planeta.

A mudança no perfil dos visitantes e das atividades turísticas desenvolvidas pôde ser constatada quando se compararam dados do presente trabalho aos aferidos no trabalho de Ladeira (2005), onde a dinâmica do fluxo

turístico no PEIb, entre os anos de 1988 e 2004, obtiveram picos de visitação no ano de 1999, com o número de 49.930 visitantes, maior valor registrado para o período, porém com constatação de grande depredação da área (presença de lixo, erosão em trilhas, coleta de plantas e depredação de atrativos). Segundo Simiqueli (2008), o fluxo turístico para o ano de 2007 foi de 32.034 visitantes e, durante verificação de dados oficiais, registros internos do PEIb apresentaram um número de 58.162 visitantes em 2012 e pretensões em se atingir 65.000 visitantes no ano de 2013. Contudo, houve ainda diminuição brusca da depredação, com constatações pela não presença de lixo, fiscalização constante, inibindo coletas e também a recuperação em áreas com trilhas interditadas para regeneração natural da vegetação. O Parque Estadual do Ibitipoca e seu entorno têm hoje visitantes com perfil diferenciado aos de antigamente, sendo vistos como “sujeitos novos”, conscientes em várias dimensões, de certo modo um sujeito ideal, capaz de aprender com o mundo na perspectiva de transformá-lo, portanto, um sujeito produto de novas representações sociais do seu lugar no mundo como descrito por Furlan (2003), tendo o perfil do ecoturista “de essência”, que busca contato consciente com o ambiente natural e sua conservação.

Para todos os entrevistados o turismo é bom para o PEIb e é a fonte de renda da vila. Simiqueli (2008) relatou uma forte expectativa econômica com relação ao turismo por parte dos moradores de Ibitipoca, destacando bastante o benefício financeiro da atividade turística, principalmente porque antes o meio de vida era a agricultura de subsistência e “o que fez mudar foi o turismo, foi através do parque que fez mudar”; “a vila hoje é muito importante porque eu sustento a minha família com isso”.

Segundo Ruschmann (2002), a conservação de recursos naturais deve atentar para o fato que o meio ambiente é considerado patrimônio público e o aspecto da sua conservação ecológica deve estar equilibrado com o uso público e

contato do cidadão com a natureza. Mas o turismo considerado bom para o PEIb e fonte de renda da vila mantêm-se nos dias de hoje com déficit em estruturas básicas como apresentado por Bartholo, Campos e Lima (2006), que apontou a falta de infraestrutura do arraial como o principal problema identificado pelos turistas de Ibitipoca na época, e por Santos e Campelo (2008), momento em que o distrito sofria com a falta de infraestrutura e de um planejamento urbano adequado, não para os que vêm de fora, mas sim, em primeiro lugar, para a comunidade local, e posteriormente aos visitantes.

Constatou-se ainda que para todos os entrevistados a infraestrutura de saúde é considerada ruim, a infraestrutura de transporte também é considerada ruim por 94%, e a infraestrutura de acessos é considerada ruim por 97%. Este não é um fato atual, mas sim uma realidade que vem perdurando com o tempo, como apresentado por Simiqueli (2008) através do relato de moradores, segundo os quais “a infraestrutura básica da localidade é precária”, citando como inadequados: as vias de acesso, o calçamento, saneamento básico, coleta de lixo, atendimento médico e segurança policial, mesmas reclamações encontradas durante entrevistas do presente trabalho, acrescidas de indicações como: falta de bancos, falta de outras empresas de telefonia celular, falta de áreas para estacionamento e de banheiros públicos em épocas de festas e temporadas de turismo, e missa somente uma vez por mês.

Certificou-se que a atividade de visitação turística se alterou no parque e na vila durante o passar do tempo, constituindo um fenômeno de interação entre visitantes e núcleo receptor, respondendo às necessidades de ambos. Contudo, compondose de uma série de relações e impactos de caráter econômico, social, político e ambiental ainda não adequado para os padrões ótimos, devido à permanência da situação deficiente de infraestruturas da vila, que são erroneamente atribuídas por integrantes da comunidade como sendo de responsabilidade do PEIb, quando na verdade são de responsabilidade exclusiva

do governo municipal. Essas, por sua vez, terão maior visibilidade como necessidades urgentes da comunidade à medida que houver organização social direcionada a buscar do órgão público municipal a resolução de problemas estruturais da vila a fim de alcançar as melhorias citadas pelos moradores.

4.4 Inter-relações entre comunidade, parque e visitantes acerca do uso público e das infraestruturas

A análise das inter-relações entre comunidade, parque e visitantes foi composta de 50 questionários aplicados a um público de visitantes representado por 48% de mulheres, 20% de homens e 32% casais (quando os dois participaram como respondentes na entrevista), divididos em faixas etárias de 10 a 20 anos (4%), de 21 a 30 anos (34%), de 31 a 40 (30%), de 41 a 50 (24%) e de 51 a 60 anos (8%). Os visitantes amostrados foram provenientes de 12 diferentes municípios e um visitante autóctone, representados por 54% de Juiz de Fora, 10% de Barbacena, 10% de Bicas, 6% do Rio de Janeiro, 4% de Baependi e pelo conjunto restante de Caxambu, Bom Jardim, Viçosa, Três Rios, Comendador Levy Gasparin, Paraíba do Sul, Cataguases e Conceição do Ibitipoca (2% cada).

Lamoglia et al. (2012), em seu estudo sobre “O Perfil dos Visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), Lima Duarte – MG, em um feriado nacional” amostrou um público de 120 visitantes composto por 57% homens e 43% mulheres, diferenciando-se do presente trabalho (maioria predominante do sexo feminino), principalmente em aspectos relacionados ao período de coletas e a não amostragem de casais. Os trabalhos corroboram-se no que tange às questões de idades amostradas e procedência dos visitantes, sendo os mesmos em sua maioria vindos de municípios localizados próximos ao PEIb, como também foi observado por Ladeira (2007).

No presente trabalho verificou-se que os visitantes do PEIb e vila de Conceição do Ibitipoca apontaram como interesses na visita, 68% para lazer, 60% para contato com a natureza, 16% para descanso / desestressar, 10% para visita escolar, 8% para contemplação e outros 8% para relações culturais. O trabalho realizado pelo SEBRAE/RJ (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013), “Parque Nacional do Itatiaia – RJ: Fomento do Turismo nas Unidades de Conservação”, focando os motivos principais da viagem dos turistas, observou que as idas ao parque se deram para descanso, passeio e divertimento (72,3%), seguido por contato com a natureza (23,2%), mesmas motivações relatadas por maioria dos visitantes do PEIb e vila.

Seja qual for a finalidade, um dos cerne da discussão do turismo é receber o visitante da melhor maneira no destino escolhido. Porém, como preconizado pelo ecoturismo, o visitante nem sempre tem razão, devendo assim respeitar os costumes, hábitos e regras estabelecidas pela comunidade local e ainda, se possível, participar de atividades de convivência com a mesma, pois, como descrito por Lamoglia et al. (2012), a maioria dos visitantes do PEIb procuraram lazer, diversão e desfrutar da natureza, contudo pouquíssimas pessoas se interessaram em conhecer a cultura local.

O programa de uso público em uma UC tem por objetivo o desenvolvimento de atividades para fomentar o ecoturismo, a recreação em contato com a natureza, assim como a educação e interpretação ambiental que devem estar alinhadas com a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância e beleza cênica (BUENO, 2010). Desta forma, normas e objetivos das Unidades de Conservação devem ser divulgados e comunicados aos visitantes, pois, como já elucidado por Schenini, Costa e Casarin (2004), além de possuírem regras próprias de uso e de manejo, com a finalidade própria de proteção de espécies vegetais e animais, de tradições culturais, de belezas

paisagísticas ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadram, as UC e seu entorno têm conhecimento público ainda bastante limitado.

No presente trabalho os visitantes entenderam como objetivos do PEIb, o lazer (50%), a conservação (42%), a preservação (28%), o contato com a natureza (16%), a pesquisa (14%) e a melhora da economia local (2%). Drummond e Malheiros (2009), no Parque Estadual do Bacanga, em São Luis - MA, notaram a “invisibilidade” da área protegida para a cidade. Descreveram ainda que, embora seja a maior e mais antiga UC do estado, criada em 1980, e a primeira a contar com um plano de manejo, o parque não existe como referência nem para os residentes e muito menos para as populações que foram se instalando no seu entorno, aspecto diferenciado na comunidade de Conceição do Ibitipoca e PEIb devido às inter-relações de atividades e serviços turísticos oferecidas pelas partes aos seus visitantes.

Outro ponto observado foi a percepção acerca da infraestrutura do PEIb, descrita como ótima (52%), boa (46%) ou ruim (2%). Dos entrevistados, 48% (boa/ruim) mencionaram necessidade de alguma melhoria em atividades de Educação Ambiental (12%), infraestrutura de estacionamento (10%), estrada (6%) e sinalização, infraestrutura de banheiros, restaurante, portaria e lixeiras (4% cada um).

É sabido que um dos objetivos das UC é promover a educação e interpretação ambiental (lei nº 9985/00, artigo 4), tanto em centro de visitantes como por meio de atividades lúdicas, interativas, coletivas e dinâmicas, capazes de sensibilizar o visitante, diante da importância de uma área protegida. Como percebido por visitantes e observado durante as coletas de dados, no PEIb as informações sobre a unidade estão concentradas no centro de visitantes, o que faz com que os visitantes sejam encaminhados até ele, mas não é atividade obrigatória, sendo apenas recomendada, ficando assim incipiente o

desenvolvimento de atividades de educação e interpretação no dia a dia, ressaltando datas específicas com atividades pontuais realizadas em sua maioria na área conhecida como platô do restaurante, ponto com grande fluxo de passagem dos visitantes.

Dentre os visitantes amostrados, 84% dos entrevistados permaneceram no PEIb e entorno por mais de um dia, o que colaborou para o uso de estruturas e serviços turísticos disponibilizados na vila, sendo procurados com utilização de pousadas por 60%, restaurantes por 52%, bares por 42%, casas de aluguel por 14% e supermercado por 8%. Contudo, embora algumas pesquisas forneçam dados promissores em relação ao incremento de renda proveniente do turismo para as UC e áreas circunvizinhas, mesmo em países com um expressivo fluxo de visitantes e com rendimentos significativos como a Costa Rica e os Estados Unidos, os parques precisam ser subsidiados (WRIGHT; ANDRIAMIHAJA, 2002). Todavia, os autores discorrem a respeito da experiência do Parque Nacional de Ranomafana, em Madagascar. Fundado em 1991, teve no início das atividades de turismo o estabelecimento de infraestrutura turística e o repasse de parte dos lucros provenientes da visitação para os residentes do entorno da área. A divisão das receitas obtidas com as taxas pagas pelos turistas era destinada à Associação Nacional para as Áreas Protegidas (*Association Nationale pour La Gestion des Aires Proteges*– ANGAP) e utilizada para manutenção das operações turísticas, e a outra metade para as comunidades financiarem microprojetos aprovados pela ANGAP.

Embora, segundo Rodrigues (2009), a arrecadação nos parques não deva objetivar o lucro e muito menos ser utilizada como um mecanismo para controlar o fluxo de visitantes, políticas públicas devem ser trabalhadas a fim de utilizar as arrecadações em UC para otimizar suas estruturas locais, não focadas somente no turismo, mas sim primando pela gestão e manejo adequado para cada área e qualidade de vida dos locais. O exposto pôde ser revelado por dados

coletados acerca das necessidades de melhorias percebidas pelos visitantes, os quais (80%) explicitaram como deficientes na vila de Conceição do Ibitipoca, as seguintes estruturas: sistema de telefonia (20%), estrada (20%), infraestrutura de saúde (12%), infraestrutura de serviços turísticos (10%), infraestrutura de alimentação (8%), bancos (4%), postos de gasolina (4%), atendimento ao público (2%).

SEBRAE/RJ (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013) cita reclamações de visitantes do Parque Nacional do Itatiaia para itens comuns aos resultados encontrados no presente trabalho, como: deficiência no atendimento médico, estradas em péssimas condições de tráfego, telefonia com falta de sinalização, deficiência de agências bancárias, poucas opções de restaurante, entre outros. Esses dados são importantes, pois retratam a situação atual da qualidade de vida das comunidades receptoras dos referidos destinos, tanto no aspecto estrutural como nos equipamentos de serviços de apoio aos visitantes. Vale ainda ressaltar que os visitantes levam consigo toda a experiência vivenciada, sejam positivas ou negativas, influenciando a decisão de novos visitantes ao escolherem o destino de suas viagens.

4.5 Temas contemplados em reuniões do conselho consultivo

O atual conselho consultivo do PEIb é representado por 15 instituições: Circuito Turístico Serra de Ibitipoca, Instituto Candeia, Associação de RPPN e Reservas Privadas de Minas Gerais (Arpemg), Associação dos Produtores Rurais Bias Fortes, Corpo de Bombeiros de Juiz de Fora, Superintendência de Ensino de Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF), Polícia Militar Ambiental de Juiz de Fora, Prefeitura de Lima Duarte, Prefeitura de Bias Fortes, Sindicato dos Produtores

Rurais de Lima Duarte, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Juiz de Fora, Embrapa de Juiz de Fora e Associação de Moradores e Amigos de Ibitipoca (AMAI).

Para análise das discussões e temas relacionados ao uso público tratados pela atual composição do conselho consultivo do PEIb, realizaram-se duas expedições ao parque para participação em reuniões ordinárias, realizadas nos dias 22 de fevereiro e 24 de maio de 2013. Constataram-se, através de observação direta, os assuntos que foram apresentados e discutidos durante as reuniões, sendo em 22 de fevereiro: dados de levantamentos da regeneração natural em trilhas interditadas no PEIb (apresentado pelo gerente), proposta de trilhas para portadores de necessidades especiais (apresentado pelo gerente), proposta de reajuste nos valores de taxas do parque (apresentado pelo gerente), aumento no número da capacidade de carga em dias de semana, passando de 300 para 800 visitantes (apresentado pelo gerente), posicionamento sobre a proposta em andamento de informatização da portaria (apresentado pelo gerente), apresentação do programa de “sacolas retornáveis” (apresentado pela gestora ambiental), apresentação da deposição final dos resíduos sólidos gerados no PEIb (apresentado pela gestora ambiental), explanação sobre implantação de ciclos de temas mensais no Centro de Visitantes (apresentado pela gestora ambiental). E, em 24 de maio: apresentação do número de visitantes, arrecadação, gastos e déficit (apresentado pelo gerente), apresentação da possibilidade de passeios de mountain bike como nova atividade para o uso público (apresentado pelo gerente), votação da proposta de reajuste dos valores de taxas do parque (apresentado pelo gerente e aprovado pelo conselho), proposta para realização de novo estudo para determinação de capacidade de carga do PEIb (apresentado pelos conselheiros), proposta para levantamentos de demandas em pesquisas e repasses a universidades (apresentado pelos conselheiros), informatização da portaria com inserção de máquina para cartões

de crédito e débito como forma de pagamento na compra de ingressos (apresentado pelos conselheiros), apresentação sobre a elaboração de catálogo digital das pesquisas no PEIb (apresentado pelo CEDEF/IEF), apresentação da minuta de legislação do uso da zona de amortecimento (apresentado pelos conselheiros – Grupo de Trabalho Zona de Amortecimento), sendo este último o assunto mais debatido durante as reuniões apreciadas, mas sem conexão com o foco do presente trabalho.

Mesmo sendo observadas apenas duas reuniões do conselho consultivo do PEIb, foi possível verificar que as atividades de uso público no parque compõem tema importante de debate, com discussões e proposições por parte dos conselheiros. Segundo Silva (2013), e como constatado no presente trabalho, fazem parte dos conselhos consultivos grupos de associações de moradores ao redor da UC, membros da comunidade científica, da iniciativa privada, além de outros órgãos governamentais que não fazem parte de sua gestão direta, tendo como propósitos principais compartilhar os diversos interesses dos grupos sociais e procurar propor diretrizes para a gestão e planejamento da área. Botelho (2005), em trabalho realizado no PEIb, observou que na época a gerência reconhecia a pouca participação dos moradores nas decisões da UC e que o Conselho Consultivo do Parque era de relevante importância tanto para a implantação do Plano de Manejo quanto para o relacionamento entre a comunidade e o parque.

Rodrigues (2009) observou os conselhos consultivos como instrumentos que orientam e legitimam atividades de gestão em parques nacionais, juntamente aos seus planos de manejo e, de acordo com a autora, em dados extraídos do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, do Ministério do Meio Ambiente, a maioria dos parques nacionais (54%) em 2009 não havia instituído seu conselho consultivo. Segundo MMA/CNUC (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014), em Minas Gerais são 35 parques estaduais cadastrados, dos

quais 16 possuem conselhos gestores. Porém, quando consultado o órgão gestor das UC no estado, observaram-se 33 detentores de conselhos de um total de 38 parques instituídos (INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA, 2014). Vale ressaltar a disparidade entre as informações dos órgãos oficiais, deixando controversa a real situação acerca da existência ou não de conselhos consultivos nos parques estaduais de Minas Gerais.

Percebeu-se, particularmente no PEIb, que o conselho consultivo funciona como espaço de negociação, diálogo e cooperação entre atores envolvidos direta ou indiretamente na gestão da UC, e ligado ao tema uso público, atividade que requer a interação constante entre diversos segmentos, como a iniciativa pública e privada, universidades e sociedade civil. Assim, o conselho está sendo como descrito por Drummond; Franco e Ninis (2006) e Irving (2006), “uma instância potencial para a construção da governança e fortalecimento das funções do parque”.

Notou-se ainda, nas reuniões, a participação de moradores das comunidades do entorno. Contudo, as participações dos mesmos na ocasião estiveram relacionadas com discussões sobre a zona de amortecimento do parque. Observou-se que esses, como qualquer outro indivíduo externo ao conselho, só deveriam ter abertura para se pronunciar em casos de concessão do direito de palavra por parte de algum membro conselheiro (como descrito no regimento interno do conselho). Porém o mesmo não ocorreu, havendo intervenções e interrupções durante as reuniões por parte de participantes que exaltaram suas opiniões e percepções acerca de temas discutidos com elucidações de suas próprias percepções, havendo por sua vez a “liberdade” e direito de fala a todos os presentes, o que ocasionou um desvio da pauta a ser seguida durante a reunião, tornando-a mais longa, confusa e cansativa.

Furlan (2000) afirma que a conquista da cidadania não é apenas uma questão de reconhecer ou conceder direitos a alguém, mas de propor

efetivamente uma apropriação civil de direitos e liberdade democrática em um novo modelo de sociedade civil organizada. Essa consideração é importante, pois:

[...] nas discussões relativas a espaços públicos de gestão e participação, é essencial a ideia de que a mobilização social e os tipos de representação devem buscar um novo modo de relacionar Estado e Sociedade Civil, para que haja um novo modo de governar com a presença de agentes não estatais nos órgãos públicos, exercendo o denominado controle social.” (LOUREIRO; CUNHA, 2008, p. 244).

Ressalta-se que gestões de conselhos consultivos são transitórias e, neste cenário, diversos desafios deverão ter atenção das futuras formações de Conselhos Consultivos do PEIb, como: respeito ao regimento interno do conselho; observações de possíveis e constantes dificuldades decorrentes da heterogeneidade dos grupos comunitários e associativos, que devem ser organizados para ter representatividade ativa e efetivada dentro do conselho, e não tornarem os problemas de representação complexos, criando tensões quanto aos critérios de decisões e escolhas por parte dos conselheiros; e precauções quanto ao problema já apresentados por Jacobi (2002), sobre as intenções de grupos organizados ou indivíduos isolados que tentam pressionar o conselho para influenciar e direcionar para desejos individuais (não representativos), como pôde ser notado nas reuniões apreciadas.

5 CONCLUSÃO

Orientados através das hipóteses do presente trabalho, conclui-se que o parque gerou expropriação de usos da terra em seus limites por historicamente existirem práticas de pecuária e coletas, não permitidas na atual área da UC por seu *status* de proteção integral, mas não de tradições locais desenvolvidas pela comunidade. Houve ainda uma mudança nas percepções de uso local por parte da comunidade de Conceição do Ibitipoca com inserção de atividades turísticas como fonte ou incremento de renda.

A atual relação entre comunidade e parque está ligada às questões econômicas advindas do turismo, porém não estritamente a este aspecto. A participação social no planejamento do uso público no PEIb ainda é incipiente e não ativa por grande parte dos indivíduos da comunidade, o que é fortalecido pela visão paternalista e centralizadora sobre o gerente da unidade de conservação como também pela falta de organização da sociedade civil para formalização de representatividades por meio de entidades que possam participar do conselho consultivo da UC.

O visitante do Parque Estadual do Ibitipoca conhece os objetivos do parque e se envolve com a comunidade local, em sua maioria não para relações culturais, mas sim para utilização de serviços turísticos oferecidos, questão que pode ter sua resolução por meio da elaboração de programas de comunicação turística, através de informações visuais (placas, cartazes e *folders*) que encorajem e estimulem os visitantes a conhecer e se envolver com as histórias, os costumes e tradições locais. Estas características associadas ao uso público do PEIb e à participação social, restrita em grande parte ao turismo na vila, demonstraram a necessidade de interação entre as partes, a fim de otimizar a participação social e o apoio recíproco.

Devem ser executadas novas pesquisas acerca dos conhecimentos sobre direitos e níveis de participação social no manejo e gestão da UC, mas principalmente sobre legislação pertinente para usos do PEIb, sua zona de amortecimento e entorno, a fim de responder dúvidas, nortear percepções e questionamentos para a gestão compartilhada, efetiva e sustentável do PEIb e sua área de influência.

REFERÊNCIAS

- AGEE, J. K. Ecosystem management: an appropriate concept for parks? IN: WRIGHT, R. G. (Ed.). **National parks and protected areas: their role in environmental protection**. Massachusetts: Wiley-Blackwell, 1996. p. 31-44.
- AMEND, S.; AMEND, T. **La ocupación humana en los parques nacionales de América del Sur: un problema fundamental**. Gland: UICN, 1992.
- ANDERSON, W. A.; PARKER, F. B. **Uma introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- BALASTRERI, A. Ecoturismo: limites do eco e da ética. In: BALASTRERI, A. (Org). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-45.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba, Educere, 2011.
- BARTHOLO, R.; CAMPOS, A.; LIMA, R. P. A percepção dos turistas quanto à sustentabilidade do Arraial de Conceição de Ibitipoca, MG. In: SEMINÁRIO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 2., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IEF, 2006. Disponível em: <www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/ArmindaCampos.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.
- BEDIM, B. P. **O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraíso do Capital”**. 2008. 406 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- BEDIM, B. P. Implantação e uso público do Parque Estadual do Ibitipoca (MG): a violência simbólica do Estado no limiar de um território camponês. In: FARIA, I. F. de. et al. (Ed.). **Áreas protegidas e inclusão social: tendências e perspectivas: volume 3**. Rio de Janeiro: Gapis, 2007. p. 294-251.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 10, n. 2, p. 141-163, Nov. 1981.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Ed.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2001. p. 31 - 57.

BOTELHO, E. S. Considerações sobre turismo, comunidade e educação ambiental: o caso de Ibitipoca. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 10-19, 2006.

BOTELHO, E. S. **A educação ambiental transformadora em Conceição do Ibitipoca: uma possibilidade através da participação comunitária?** 2005. 98 p. Monografia (Pós-Graduação *Latu Sensu* em Educação Ambiental) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para a natureza. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4 ed. São Paulo: SENAC, 2002. p. 223-252.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório de gestão 2009**. Brasília: MMA, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão Participativa do SNUC: áreas protegidas do Brasil**. Brasília: MMA, 2004.

BRASIL. Lei 9985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, jul. 2000.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, 2000.

BRUNA, E. M.; KAINER, K. A. “A delicate balance in Amazonia”. **Science**, New York, v. 307, n. 5712, p. 1044-1045, Feb. 2005.

BUENO, F. P. Vivências com a natureza: uma proposta de educação ambiental para o uso público em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 61-78, 2010.

CAMPOS, N. A. et al. Realidade e desafios da educação ambiental no Parque Estadual de Ibitipoca – MG. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ÁREAS

PROTEGIDAS, 2., 2012, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2012.

CAYOT, L.; CRUZ, F. **Manual para la evaluación de la eficiencia de manejo del Parque Nacional Galápagos. Servicio de Parques Nacionales.** Puerto Ayora: Instituto Ecuatoriano Forestal e de Áreas Naturales y Vida Silvestre, 1998.

CEBALLOS-LASCUÁRIN, H. O ecoturismo como fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Ed.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** 3. ed. São Paulo: SENAC, 2001. p. 23 - 29.

CHAMBERS, R. Development administration group. **Annual Report 1992/93,** Brimingham, 1993.

DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, J. et al (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para preservação da natureza nos trópicos.** Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 52 - 73.

DAVEY, A. G. **National system planning for protected areas.** Cambridge: IUCN, 1998.

DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. Participatory monitoring and evaluation guidelines. **Disseminationnote,** Oxford, n. 1, p. 1-92, 1997.

DIEGUES, A. C. A construção de uma nova ciência da conservação para áreas protegidas nos trópicos: a etnoconservação. **Revista Debates Socio-Ambientais,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 13, p. 9-11, jul./out. de 1999.

DRUMMOND, M. S.; MALHEIROS, J. O. Parque Estadual do Bacanga: análise sintética e proposições de ações afirmativas de gestão. [S.l.: s.n]. 2009. Disponível em: <[www. amavida.org.br/bacanga/parte001.pdf](http://www.amavida.org.br/bacanga/parte001.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2013.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; NINIS, A. B.. O Estado das áreas protegidas no Brasil. Brasília: UnB, 2006.

FURLAN, S. A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 29 - 58.

FURLAN, S. A. “**Lugar e Cidadania: implicações sócio-ambientais das políticas públicas de conservação socioambiental (situação do Parque Estadual de Ihabela na Ilha de São Sebastião – SP)**”. 2000. 232 p. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GIRALDELLA, H.; NEIMAN, Z. Planejamento e gestão em áreas naturais protegidas. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010. p. 124-148.

HORWICH, R. H. et al. O ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: a experiência de Belize. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2002. p. 253-281.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Visitação nas unidades de conservação cresceu 17 % em 2011**. Brasília: ICMBio, 2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral5/2518-visitacao-nas-unidades-de-conservacao-cresceu-17-em-2011.html>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA. **Áreas protegidas**. Belo Horizonte: IEF, 2014. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA. Visitação nas unidades de conservação estadual no período de 2006-2012. Brasília: IEF, 2012. Disponível em: <www.ief.mg.gov.br>. Acesso em 21 mar. 2012.

IRVING, M. A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio, 2006.

IZURIETA, A. **Evaluación de la eficiencia del manejo de áreas protegidas: zonas de influencia en el Área de Conservación OSA, Costa Rica**. 1997. 126 p. Tesis (Mag. Sc.) - Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, Turrialba, 1997.

JACOBI, P. “Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina”. **Ciências & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 443-454, 2002.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2003.

LADEIRA, A. S. et al. O perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), Lima Duarte, MG. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 31, n. 6, p. 1091-1098, nov./dez. 2007.

LADEIRA, A. S. **Avaliação de impactos da visitação, capacidade de carga turística e perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca, Lima Duarte–MG**. 2005. 112 p. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

LAMOGLIA, J. M. et al. O perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), Lima Duarte–MG, em um feriado nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS, 2., 2012, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2012.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. jul./dez. 2008.

LOUREIRO, F.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro nacional de unidade de conservação**. Brasília: MMA, 2014. Disponível em: <www.mma.gov.br/cadastro_uc>. Acessado 18/01/2014.

MOURA, M. A. S. Diagnóstico participativo de unidades de conservação. In: BROSE, M. (Org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. p. 114-123.

MENINI NETO, L. M. ET AL. Orchidaceae do Parque Estadual de Ibitipoca, MG, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 687-696, jul./set. 2007.

OLIVEIRA, A. F.; SANTOS, C. J. F. A implantação de unidades de conservação em áreas de ocupação humana. **Revista do Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 16, p. 69-80, 2004.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parks, people and professional: putting participation into protected area management. In: GHIMIRE, K. B.; PIMBERT,

M. P. **Social change and conservation:** environmental politics and impacts of National Parks and Protected Areas. Geneva: Earth Publications Limited, 1997. p. 297-330.

RIBEIRO, A. P.; DRUMMOND, J. A. L.; RIBEIRO, E. M. A caligrafia da sociedade na paisagem: transformações ambientais no Entorno de unidades de conservação da serra do espinhaço. In: DEUS, J. A. S. de. et al. **Áreas protegidas e inclusão social:** tendências e perspectivas: volume 6. Belo Horizont: [s.n], 2013. p. 251- 263.

RODRIGUES, C. G. O. **O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade.** 2009. 358 p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RODRIGUES, C. L. **Limites do consenso:** territórios polissêmicos da Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa. 2001. 278 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RUSCHMANN, D. **Turismo no Brasil:** análises e tendências. Barueri: Manole. 2002.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

SANTOS, P. A.; TIEPOLO, L. M. “Na trilha da prata”, uma trilha, um vídeo: novas possibilidades para a gestão participativa em unidades de conservação. In: DEUS, J. A. S. de. et al. **Áreas protegidas e inclusão social:** tendências e perspectivas: volume 6. Belo Horizont: [s.n], 2013. p. 336-345.

SANTOS, A. L.; CAMPELO, M. S. Os Impactos causados pelo Turismo na Vila de Conceição de Ibitipoca–MG. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, 4., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. Unidades de conservação: aspectos históricos e sua evolução. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: COBRAC, 2004.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Parque Nacional do Itatiaia: cadeias produtivas em parques nacionais e entorno**. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2013.

SHANLEY, P.; LOPÉZ, C. Out of the Loop: why research rarely reaches policy makers and the public what can be done. **Biotropica**, Amsterdam, v.41, n. 5, p. 535-544, Sept. 2009.

SILVA, P. A. Instrumentos de participação da sociedade civil nas unidades de conservação no Brasil: a criação de conselhos consultivos e os planos de manejo. In: USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2013.

SILVA, J. H.; MAIA, F. B. A. Organização local e gestão participativa do turismo em unidades de conservação: a difícil tarefa de integração no Parque Nacional do Catimbau (PE). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 36-48, 2011.

SIMIQUÉLI, R. F.; PINTO, V. P. S. Educação ambiental e efetividade de manejo em unidades de conservação. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ECOLOGIA, 3., 2009, São Lourenço. **Anais...** São Lourenço: SEB, 2009.

SIMIQUÉLI, R. F. **Perspectivas para a conservação do Parque Estadual do Ibitipoca – MG**: participação social, avaliação, manejo e percepção ambiental. 2008. 158 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. In: USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2013.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VIANA, J. P. et al. Economic Incentives for Sustainable Community Management of Fishery Resources in the Mamirauá Sustainable Development Reserve, Amazonas, Brazil. In: SILVIUS, K. M.; BODMER, R. E.; FRAGOSO, J. M. V. **People in nature**: wildlife conservation in South and Central America. New York: Columbia University Press, 2004. p. 139-154.

SILVIUS, K. M.; BODMER, R.; FRAGOSO, J. M. V. (Ed.). **People in nature:** wildlife conservation in South and Central America. Columbia University Press, 2004.

WAUGH J. D.; GIL, R. P. North America Regional review. In: WORLD CONGRESS ON NATIONAL PARKS AND PROTECTED AREAS, 4., 1992, Caracas. **Regional Reviews...** Caracas: IUCN, 1992.

WRIGHT, P.; ANDRIAMIHAJA, B. Fazendo um Parque Nacional de Floresta Pluvial funcionar em Madagascar: o Parque Nacional Ranomafana e seu compromisso de pesquisa a longo prazo. In: TERBORGH, J. et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes:** estratégias para a conservação da natureza nos Trópicos. Curitiba: Editora, 2002. p. 138-162.

YELLOWSTONE NATIONAL PARK. **Yellowstone resources and issues handbook:** 2013. [S.l]: Yellowstone National Park, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – Fotos de atrativos e estruturas do PEIb



Foto 1 – Parte da área urbana do distrito de Conceição do Ibitipoca.



Foto 2 – Atrativo “Janela do Céu”.



Foto 3 – Atrativo “Pico do Pião”.



Foto 4 – Atrativo “Lombada”.



Foto 5 – Estrutura do “Centro de Visitantes”.



Foto 6 – Estrutura de “Alojamentos”.

ANEXO B – Roteiros de Pesquisa**Roteiro de pesquisa 1 – Moradores locais e funcionários do PEIb**

- 1 - Existem relações entre o PEIb e a Vila?
- 2 - O PEIb é muito importante para a Vila?
- 3 - A Vila é muito importante para o PEIb?
- 4 - Existe comunicação/conversa entre gerencia e comunidade local?
- 5 - Atividades de pesquisa no PEIb são comunicadas e compartilhadas com comunidade?
- 6 - A comunidade busca ajudar o PEIb?
- 7 - O PEIb busca ajudar a comunidade?
- 8 - A comunidade participa das decisões sobre o turismo no PEIb?
- 9 - O PEIb participa das decisões sobre o turismo na Vila?
- 10 - O PEIb ajuda na manutenção das tradições e costumes da comunidade?
- 11 - A comunidade busca manter suas tradições e costumes?
- 12 - O turismo é bom para a comunidade?
- 13 - O turismo é bom para o PEIb?
- 14 - O turismo é melhor hoje do que antes?
- 15 - O turismo é a fonte de renda da Vila?
- 16 - A infraestrutura de transporte é boa?
- 17 - As infraestruturas de acessos são boas?
- 18 - A infraestrutura de saúde é boa?
- 19 - A infraestrutura de serviços é boa?
- 20 - As infraestruturas são boas para a Vila (comunidade) e para o turismo?

Roteiro de Pesquisa 2 – Visitantes do PEIb

- 1 – Qual interesse em visitar o parque?
- 2 – Já visitou outras unidades de conservação? Quais?
- 3 – Para você quais são os objetivos de um parque?
- 4 – O que você acha da estrutura do parque?
- 5 – O que você acha que precisa melhorar no parque?
- 6 – Está usando alguma estrutura da vila?
- 7 – O que você acha que precisa melhorar na vila?